

Incentivos Econômicos e Financeiros para a Implementação do Código Florestal

Evento presencial

Escola de Políticas Públicas e Governo
Fundação Getúlio Vargas
SGAN Quadra 602 - Brasília, DF



15 de agosto de 2023 – 9 às 17 horas

CONTEXTO

Há um consenso quanto ao Brasil ser uma potência agroambiental global, seja pelas suas dimensões, pelo seu vasto patrimônio natural e, também, pela eficiência do agronegócio nacional. No entanto, a conciliação entre essas duas faces da mesma moeda - natureza e produção agropecuária - e como elas poderiam se combinar e se complementar no tabuleiro das paisagens rurais brasileiras, ainda carece de incentivos econômicos e financeiros que atuem como vetores da redução do desmatamento e da recuperação da vegetação nativa onde ela encontra-se deficitária, por um lado, e da adoção de práticas produtivas sustentáveis.

A Lei Federal de Proteção da Vegetação Nativa (Lei 12.651/2012), mais conhecida como 'Código Florestal Brasileiro', é um dos instrumentos de política pública ambiental mais relevantes do país. A implementação desta lei tem o potencial de gerar uma melhoria significativa da governança relacionada ao uso do solo, com substanciais contribuições para a conservação da biodiversidade e para o armazenamento de carbono, colocando o setor rural brasileiro na vanguarda mundial da sustentabilidade.

No entanto, passados mais de 11 anos da sua promulgação, o Código Florestal brasileiro segue com baixos níveis de implementação efetiva. aprovação do Código, sua efetiva implementação segue em compasso de espera. Em que pese diversos estados terem elaborado seus Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e termos cerca de 6,5 milhões de imóveis rurais (mais de 98% dos imóveis rurais do país) registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR), os principais dispositivos previstos na lei permanecem no papel.

O Artigo 41 do Código Florestal integra o Capítulo 10, que trata do programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente. É neste artigo onde são previstos os

principais instrumentos e incentivos econômicos e financeiros, incluindo pagamentos por serviços ambientais, compensação pelas medidas de conservação ambiental necessárias para o cumprimento da lei e incentivos para comercialização, inovação e aceleração das ações de recuperação, conservação e uso sustentável da vegetação nativa.

É neste contexto que a **BVRio**, organização que se dedica a desenhar instrumentos de mercado que favoreçam a implementação da legislação ambiental, e o **Observatório do Código Florestal**, coletivo que reúne mais de 50 organizações da sociedade civil que monitoram esta lei, estão promovendo este seminário.

AGENDA

9 horas: Café de boas-vindas.

9:30: Abertura: **Garo Batmanian** (diretor geral do Serviço Florestal Brasileiro); **Ricardo Simonsen** (Fundação Getulio Vargas); **Lícia Azevedo** (The Nature Conservancy, integrante do Comitê de Gestão do Observatório do Código Florestal); **Daniela Pires e Albuquerque** (BVRio); **José Carlos Fonseca** (cofacilitador da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura).

10 horas: Sessão 1: Instrumentos legais e incentivos financeiros

1.1: Artigo 41: Oportunidades, desafios, conceitos e preconceitos - **Beto Mesquita** (BVRio e colíder da Força-Tarefa do Código Florestal da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura).

1.2: Quais são os instrumentos e as soluções financeiras mais apropriadas para incentivar a implementação do Código Florestal? – **Fernando Campos** (Sitawi).

20 minutos cada apresentação + 20 minutos de debates com a audiência.

11 horas: Sessão 2: Políticas públicas e estratégias complementares

2.1: A Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e o Código Florestal: O que 'lé' tem a ver com 'cré'? – **Rubens Benini** (TNC e colíder da Força-Tarefa de Restauração Florestal da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura).

2.2: PlanaFlor: Planejamento estratégico para acelerar a implementação do Código Florestal - **Rafaela Silva** (Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável).

2.3: Novas regras para concessões florestais e seu impacto para o Código Florestal – **Representante do SFB**.

20 minutos cada apresentação + 20 minutos de debates com a audiência.

12:20: ALMOÇO

14 horas: **Sessão 3: Financiamento rural e instrumentos de mercado**

3.1: Crédito e seguro rural como condicionantes para o cumprimento do Código Florestal – **Leila Harfuch** (Agroícone e colíder da Força-Tarefa de Finanças da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura).

3.2: Perspectivas e impactos da Regulação da União Europeia Contra o Desmatamento - **Mauro Armelin** (Amigos da Terra – Amazônia Brasileira)

20 minutos cada apresentação + 20 minutos de debates com a audiência.

15 horas: Lançamento de novos painéis do Portal de Monitoramento do Código Florestal:

Painel sobre o Engajamento do Setor Privado na implementação do Código Florestal

Painel de Informações sobre Excedentes de Vegetação Nativa.

16 horas: Encerramento, seguido de café com prosa.

INSCRIÇÕES



REALIZAÇÃO



APOIO

